



SINTFESP reivindica direitos dos servidores do MS em audiência com o RH do órgão

No dia 18 de novembro o SINTFESP-GO/TO, juntamente com a CNTSS e outras entidades sindicais, estiveram em audiência com a Coordenadora de Recursos Humanos do Ministério da Saúde (MS), Elzira Maria do Espírito Santo, e o Assessor Jurídico do órgão, Rafael Agnelo, para discutir antigas reivindicações da categoria. Dentre os assuntos em pauta, estavam o Ponto Eletrônico, Jornada de trabalho dos servidores dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde (NEMS), da Assistência Social e Enfermagem, Mandado de Injunção, Insalubridade e Avaliação de Desempenho.

Ponto Eletrônico e Jornada de Trabalho nos NEMS

Durante a reunião, as entidades sindicais solicitaram a Coordenadora de RH do MS mais informações acerca do controle eletrônico do ponto nos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde (NEMS). Elzira explicou que o Ministério da Saúde está comandando uma licitação centralizada, através do pregão eletrônico, para disponibilizar equipamentos eletrônicos para o controle do ponto em todos os NEMS. Neste caso, a cobrança da efetiva realização da jornada de 40 horas será feita pela Controladoria-Geral da União e pelo Ministério Público.

Jornada de Trabalho dos Assistentes Sociais

Elzira esclareceu algumas questões sobre a regulamentação das 30 horas para os profissionais e servidores cedidos do MS, além de salientar que tal regulamentação depende da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG).

Jornada de Trabalho da Enfermagem

A Coordenação de Gestão dos Recursos Humanos do Ministério da Saúde deu parecer favorável ao PL que está tramitando no Congresso Nacional sobre a jornada de trabalho de 30 horas para a enfermagem.

Insalubridade dos servidores cedidos

Outro ponto tratado na audiência foi a nova forma de pagamento do Adicional de Insalubridade para os servidores em ambientes de riscos. Na ocasião, foi destacado que as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde não se responsabilizam pela emissão dos laudos. As mesmas dificuldades também são encontradas nos NEMS que não possuem profissionais habilitados para emissão do laudo ambiental. Segundo a coordenadora de RH do MS, o novo módulo disponibilizado pela SRH exige o Laudo Ambiental para pagamento da insalubridade. Além disso, se as Secretarias confeccionarem os Laudos, a Coordenação de RH nos NEMS estão orientadas a homologar os mesmos.

Avaliação de Desempenho

De acordo com a equipe do MS, o primeiro Ciclo da Avaliação de Desempenho começa em 1º de janeiro e vai até 30 de junho de 2011 com pagamento na folha de agosto e efeitos financeiros retroativos a Portaria nº 3.627. O pagamento dos 80 Pontos Institucionais será dividido em duas partes: 40 pontos para o cumprimento de metas intermediárias e os outros 40 pontos para as metas globais, ambas pactuadas no Plano Plurianual (PPA).

Os 20 pontos da Avaliação Individual serão pagas pelo cumprimento das metas com base em critérios e fatores que avaliem as competências do servidor, aferidas no desempenho individual das tarefas e atividades a ele atribuídas.

Caso o servidor não concorde com a nota aferida, o mesmo poderá recorrer a Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho (CAD), no RH dos NEMS, para revisão da avaliação. Os servidores cedidos aos estados e municípios receberão os pagamentos dos 80 pontos de acordo com as metas cumpridas pelo Ministério e a avaliação individual será feita de acordo com a avaliação da Chefia imediata do local em que o servidor estiver lotado. O segundo ciclo começa em 1º de julho e terá duração de um ano.

O SINTFESP-GO/TO e a CNTSS reafirmaram posição contrária ao modelo e forma como vem sendo implementada as Gratificações de Desempenho pelo Governo. Conforme a equipe do MS, o servidor já se encontra em processo de avaliação sem que as condições objetivas garantam que o mesmo não venha a ter prejuízos financeiros. No caso dos cedidos, os gestores estaduais e municipais não possuem informações acerca do método de avaliação e, mesmo assim, estão processando as avaliações individuais dos servidores.

O SINTFESP-GO/TO INFORMA QUE ACOMPANHARÁ DE PERTO TODO ESTE PROCESSO E, CASO SEJA NECESSÁRIO, IRÁ INTERFERIR POLITICAMENTE E/OU JUDICIALMENTE EM DEFESA DOS DIREITOS DA CATEGORIA.

Minuta do MS orienta sobre diretrizes para implantação de política antiassédio

No último dia 25 foi realizada, em Brasília, a 26ª Reunião Ordinária da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério Saúde (MSNP-MS), responsável por apresentar e aprovar protocolo antiassédio, além de minuta com diretrizes para a implantação da política antiassédio nos núcleos estaduais do Ministério da Saúde, Unidades Hospitalares e Institutos.

De acordo com o documento, os responsáveis pelas áreas de gestão de pessoas dessas unidades deverão estabelecer ações para consolidação de mecanismos de conciliação que configurem poderes e obrigações vinculados à promoção da saúde e do bem estar no trabalho. Dentre estas ações, estão a realização de seminários, ciclos de debates e oficinas setoriais sobre mecanismos de prevenção ao assédio; desenvolvimento de programa de treinamento antiassédio permanente e orientações sobre o Código de Ética do Servidor Público Federal e o Manual de Conduta do Servidor do Ministério da

Saúde.

Além disso, a minuta determina a constituição de grupo de trabalho para elaboração de fluxograma de atendimento às denúncias de assédio provenientes dos servidores descentralizados a estados, municípios, distrito federal e hospitais universitários. Outra determinação importante é a realização, anual, de aferição do impacto da política no ambiente de trabalho que deverá ser discutida também na MSNP-MS como medição da eficácia das ações da política institucional antiassédio então estabelecidas.

Toda orientação e acompanhamento da implantação desta política será feita pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde (CGESP), por meio das Coordenações de Atenção a Saúde do Servidor, Desenvolvimento de Pessoal, Atendimento ao Servidor e Gabinete da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas.

DIGA NÃO AO ASSÉDIO MORAL!

Servidor, com o objetivo de promover uma melhoria das condições de trabalho e a ampliação dos direitos dos trabalhadores federais em saúde e previdência, o SINTFESP-GO/TO distribuiu, no último mês, questionário sobre a relação de trabalho a 50 servidores do NEMS/GO. Se você recebeu a pesquisa, faça sua parte! Todas as informações serão mantidas em sigilo. Basta responder o questionário e entregar aos funcionários do Sindicato que visitarão o órgão nas próximas semanas. Não deixe de contribuir para um ambiente de trabalho mais saudável. É o SINTFESP-GO/TO preocupado com a qualidade de vida de seus filiados.

CNTSS retoma discussões sobre a CPST

Em reunião realizada no dia 17 de novembro, a CNTSS, juntamente com representantes de sua base sindical, lembrou algumas discussões relacionadas à Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST), suspensas durante o processo eleitoral, que deverão ser retomadas no próximo governo em prol da categoria.

Dentre as reivindicações, foi discutida a necessidade de negociação imediata com a Carreira objetivando reestruturar a tabela salarial, carreira, aglutinação dos cargos e reajuste dos pontos da GDAPST e a necessidade de aprofundar um debate na perspectiva de solucionar os problemas enfrentados pelos servidores cedidos ao SUS.

Além disso, os representantes sindicais

salientaram a importância da SRH apresentar, ao Congresso Nacional, propostas de reestruturação das tabelas da CPST, a ser incluída no orçamento, e de liberação dos dirigentes sindicais. Outra proposta importante é a de implantação da carga horária profissional de 30 horas, sem redução de salário, do Assistente Social (Lei 12.317/2010) aprovada pelo Congresso Nacional.

Na ocasião, foi discutido também o critério de avaliação do PST que, de acordo com os presentes, deverá ser rediscutido levando em consideração que o conteúdo do Decreto 7.133, publicado em 19/03/2010, que regulamenta a avaliação de desempenho foi publicada sem uma discussão prévia do seu conteúdo com a CNTSS.